

Documentos fotográficos: tratamento, conservação/preservação e democratização do acesso à informação

Photographic documents: treatment, conservation/preservation and democratization of access to information

Eunice Câmara
Bibliotecária-Documentalista/UFRN
eunice.camara@ufrn.br

Tércia Maria Souza de Moura Marques
Mestre em Educação
Bibliotecária-Documentalista/UFRN
tercia.marques@ufrn.br

Recebido em: 29/07/2022
Aceito em: 05/08/2022

Resumo

Disponibilizar a informação de forma acessível nos diversos suportes informacionais existentes na humanidade é o desafio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Livros e periódicos impressos ou digitais são os suportes convencionais e por isso mais conhecidos, através dos quais a informação circula e chega à sociedade. Contudo, existe uma variedade de suportes que necessitam de tratamento e preservação, bem como de divulgação, pois se configuram como fonte de história e memória e, por conseguinte, de pesquisa. Neste artigo, emerge a necessidade de tratamento, conservação, preservação e divulgação das informações registradas no suporte fotografia. Para tanto, através de uma revisão de literatura sobre a temática, buscam-se alternativas para viabilizar o tratamento, conservação, preservação e divulgação do acervo fotográfico do Setor de Coleções Especiais - SCE da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Este trabalho, num primeiro momento, apresenta a coleção do referido setor, assim como sua importância para a preservação da memória institucional. Também relata, de forma sucinta, a história da fotografia, seus principais inventores e também seus experimentos incipientes e arcaicos, que, no entanto, possibilitaram às gerações futuras novas técnicas de produção fotográfica. Além disso, destaca que da fotografia como fonte de informação emana um misto de sensações, sejam tristes ou alegres – e às vezes pode até, a partir do olhar de quem a observa, não expressar nenhum sentimento. Por fim, esta pesquisa alude ao inegável valor da informação e do conhecimento, bem como das possibilidades de abstrações presentes na imagem fotográfica com

seus atributos – categorias de representação da imagem –, pois, impregnada de conteúdos relevantes, tais abstrações podem estar diretamente relacionadas aos registros de um domínio ou do nível cognitivo de quem a observa.

Palavras-chave: Acervo fotográfico. Conservação/preservação. Descrição de imagens. Invenção fotográfica. Imagem fotográfica. Valor da informação.

Abstract

The article intends, with the support of the literature review regarding the concepts and themes of conservation and preservation of photographic collections, to search for alternatives that allow the viability of the treatment, conservation, and preservation of the photographic collection of the Setor de Coleções Especiais - SCE of the Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) – UFRN. Presents the collection, and its importance for the preservation of the institution's memory. States the history of photography's emergence, its main creators, and also its archaic and incipient experiments, which, however, made possible to future generations new techniques of photographic production. A few considerations about the importance of the photographic image as a source of research and information, because constitutes a powerful visual communication vehicle. They address what scholars recommend regarding the conservation and preservation of photographic images to institutions that desire to keep them for much more time in their collection of these very useful sources of visual information. They claim that photography emanates a mix of sensations, whether sad or happy sensations and even sometimes not expressing a feeling at all from those who observe. Lastly, they allude to the undeniable value of information and knowledge, as well as the possibilities of abstractions present in photographic images with their attributes – categories of the image representation -, because, impregnated of relevant contents, those abstractions might be directly related to records of a domain or cognitive level of whom observes it.

Key-words: Photographic collection. Conservation/preservation. Images description. Photographic invention. Photographic image. Information value.

1 INTRODUÇÃO

Livros e periódicos impressos ou digitais são notoriamente conhecidos pelos profissionais da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação como materiais convencionais. Contudo, nesta acelerada e complexa era digital, tão decantada em todos os contextos do mundo hodierno, o tratamento desses materiais com fins de viabilização do acesso à informação neles depositada não é o único desafio dos bibliotecários. É fundamental a disponibilização, nos acervos das bibliotecas, de todo e qualquer tipo de documentos dos quais os pesquisadores possam extrair informação.

Na perspectiva de disponibilização da informação nos mais diversos suportes informacionais – sejam físicos ou digitais –, a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), unidade suplementar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),

notadamente no Setor de Coleções Especiais, guarda 11 (onze) coleções distintas: Documentos da UFRN, Eventos, Folhetos, Mapas, Mossoroense, Multimeios, Obras Raras, Periódicos, Publicação de Autores do Rio Grande do Norte, Trabalhos Acadêmicos, Zila Mamede. Essas coleções são constituídas por diversas tipologias documentais, dentre as quais estão os denominados documentos de *memória institucional* (Documentos UFRN), que, por sua vez, dão suporte informacional às atividades de pesquisa, contribuindo assim para a geração de produtos e serviços em ciência, tecnologia e inovação na UFRN.

O recorte para a escrita deste artigo é a coleção Multimeios ou materiais não bibliográficos que paulatinamente foram incorporados aos acervos das bibliotecas públicas universitárias. Na década de 90, Perota (1997) escreveu que a proliferação de materiais não bibliográficos era o novo desafio aos profissionais da informação. Por serem materiais de constituição pouco conhecida e por apresentarem características peculiares, estes exigiam, por conseguinte, um tratamento específico para sua organização, preservação e uso.

Na lista dos materiais não convencionais, inclui-se a fotografia, e esse suporte informacional é o objeto ora em estudo, pois na BCZM há um acervo de 2.121 (duas mil, cento e vinte e uma) fotografias impressas, e ainda uma enorme massa documental que já nasce no formato digital, nas quais há registros da construção da universidade, dos eventos e das solenidades por ela realizados, bem ainda das fotografias da coleção Zila Mamede, dentre outros, que constituem um acervo único, especialmente no que concerne à história e à memória institucional.

No entanto, a grande maioria dessas imagens fotográficas ainda não recebeu o tratamento técnico e, por consequência, ainda não estão disponibilizadas no catálogo eletrônico da biblioteca. Ao mesmo tempo, e apesar dos esforços da equipe, essa massa documental está armazenada de forma rudimentar, o que compromete sua preservação. Assim, tratar e acondicionar esses materiais de forma adequada constituem ações de conservação, de democratização do acesso à informação e, sobretudo, de preservação da história e da memória institucional.

É importante evidenciar que a escrita desse artigo surgiu a partir do desdobramento de um projeto para catalogação e digitalização do acervo fotográfico da BCZM armazenado no SCE. Isso posto, agora, pretende-se analisar, por meio da pesquisa bibliográfica, quais são as recomendações e os cuidados, no que concerne ao tratamento, para a conservação e preservação dos acervos fotográficos sejam eles impressos ou digitais.

Para além da pesquisa bibliográfica, foi realizada, pela equipe do SCE e de outros setores da BCZM, em fevereiro de 2020, uma visita técnica à Fundação Casa José Américo, na histórica cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Na oportunidade, a equipe de arquivistas e bibliotecários da Fundação apresentou ao grupo os diferentes fundos arquivísticos ali armazenados e por eles custodiados, suscitando em toda a equipe da BCZM (bibliotecários e assistentes) uma percepção mais apurada do desafio a ser enfrentado. A equipe do SCE também participou de uma capacitação em descrição de imagens estáticas, ministrada pelo Setor de Acessibilidade da BCZM.

2 A FOTOGRAFIA COMO FORMA DE REGISTRO

É notório que os séculos 18 e 19 foram os séculos das grandes transformações; em sua maioria resultantes da Revolução Industrial iniciada na segunda metade do

século 18, que repercutiu em profundas transformações no cenário econômico e social mundial. Economicamente, as produções de bens de consumo tornaram-se aceleradas devido à substituição da manufatura pelas máquinas, trazendo drásticas mudanças na sociedade por alterar as relações de trabalho e o estilo de vida dos trabalhadores, por exemplo.

No que concerne à fotografia, os experimentos para obtenção da imagem se inserem nesse contexto dinâmico – no qual foram se desenvolvendo e se aperfeiçoando paulatinamente –, culminando no que hoje a imagem fotográfica representa para a arte, para a historiografia, para a memória das instituições, ou simplesmente para sua importância como lembrança saudosa nos álbuns de recordações e porta-retratos das famílias.

No ano de 1793, o francês Joseph Nicéphore Niépce começou seus primeiros experimentos que consistiam na mistura de betume da Judéia em pó com água na tentativa de obter imagens fotográficas, no entanto essas imagens não duravam muito tempo e logo desapareciam¹. De acordo com Batista Jr. (2018), os experimentos para obtenção de imagem teriam começado duas décadas mais tarde, em 1816. Também Marcondes (2005, p. 3) deduz que “[...] Niépce já havia obtido uma imagem negativa em 1816, utilizando o cloreto de prata”. Insatisfeito, porém, ele ainda conseguiu, em 1824, imagens que permaneceram por mais tempo. Porém, foi em 1826 que ele conseguiu obter – por meio de um aparelho que denominou heliógrafo – uma imagem permanente que dura até hoje. Em suas tentativas, ele utilizou Betume da Judeia diluído em óleo mineral. Esse processo recebeu o nome de heliografia e consistia em um processo bastante moroso, demorando até oito horas para que uma imagem fosse revelada³.

Passaram-se alguns anos e, em 1827, Niépce empreendeu uma viagem a Paris. Na ocasião, conheceu Louis Jacques Mandé Daguerre (1787–1851), apresentado por Charles Chevalier (1804–1859), um fabricante parisiense de instrumentos e aparelhos ópticos, dentre estes a *câmera obscura*. Daguerre era pintor e bastante conhecedor da *câmera obscura*. Assim, para tentar aprimorar o seu processo fotográfico, Niépce decidiu trabalhar em parceria com Daguerre. Ambos assinaram contrato em 14 de dezembro de 1829: Daguerre prometeu dar a Niépce uma melhor *câmera obscura* e Niépce concordou em mostrar a Daguerre os meios pelos quais ele foi capaz de capturar imagens e fixá-las. No entanto, Niépce morreu subitamente em 1833 e Daguerre assumiu a sua pesquisa. (MARIEN, 2006, p. 11-12, apud CHAVES, 2017).

Em conformidade com Batista Jr. (2018), foi em Paris, no ano de 1839, que Louis Daguerre inventou o daguerreótipo, um aparelho, de base rígida e superfície prateada, capaz de “duplicar”, ainda que precariamente, os objetos a serem fotografados. Além disso, o autor escreve que esses dois inventores não foram os únicos a tentar extrair imagens por meio de seus inventos. Isso ocorria também em outras partes do mundo, como na Inglaterra, onde o cientista e escritor W. H. Fox Talbot utilizou papel impregnado com células de nitrato de prata, os quais, expostos à luz, podiam guardar os traços, as formas e as fisionomias dos objetos em sua superfície.

¹ Informação retirada da Wikipédia com acesso em: 25 de setembro de 2020.

Segundo Dubois (2012), em síntese, o desenvolvimento da tecnologia da fotografia avança a partir da junção de invenções no campo da ótica e da química. Para Dubois (2012, p. 129 apud CHAVES, 2017, p. 27-28),

a história da fotografia apresenta a invenção do processo fotográfico como resultado da conjunção de duas invenções preliminares e distintas: a primeira, puramente *ótica*, é representada pela *câmera obscura*, que expressa a *dimensão física* da fotografia; a outra, essencialmente *química*, é a descoberta da sensibilização à luz de certas substâncias, principalmente à base de sais de prata, consistindo, assim, a *dimensão química* da fotografia.

O avanço da tecnologia da fotografia passa a permitir, então, que cenas do cotidiano, de pessoas, de objetos, de paisagens ou de construções sejam congeladas no momento do seu registro fotográfico. Elas são únicas e não se repetirão jamais; as pessoas envelhecem e morrem – seu tempo de vida é bem menor do que uma imagem fotografia bem preservada –, as paisagens se transfiguram, os objetos desaparecem, as construções passam por reformas e se modificam, mas o registro fica e, através dele, contam-se e escrevem-se histórias.

Os estudos indicam que a diversidade de coisas e pessoas fotografadas é denominada referente, o que Kossoy (2001, p. 139, apud RODRIGUES, 2007, p. 71) chama de primeira realidade; a segunda realidade seria a própria fotografia. Com propriedade, Kossoy (2001, p.139) adverte que, “[...] desaparecida a segunda realidade – seja por ato voluntário ou involuntário – aquelas personagens morrem pela segunda vez. O visível fotográfico ali registrado desmaterializa-se. O ciclo da lembrança e da recordação é interrompido”. Rodrigues (2007, p. 71) acrescenta que “essa *segunda realidade* é sujeita a diferentes interpretações, conforme a visão dos receptores”.

Emerge desse pensamento a reflexão acerca dos danos afetivos, históricos e culturais que a falta de preservação e conservação dos registros documentais fotográficos podem implicar na vida das pessoas enquanto indivíduos, na memória institucional, na memória social e na história da humanidade.

Albuquerque e Moraes (2009), por sua vez, contextualizam a fotografia quanto ao seu aparato documental e ainda a vislumbram no plano afetivo. Assim, escrevem que

a fotografia, desde seu aparecimento, foi vista através de seu aparato documental, baseado no princípio de prova e realidade, e que a caracterizam. Talvez por esse motivo, sua capacidade de representar cenas como se fossem totalmente reais, exerça um fascínio que se junta à vontade de guardar, tanto no sentido afetivo quanto documental. (ALBUQUERQUE e MORAES, 2009, p. 2 apud ROCHA, 2012, p. 33)

Então, a partir do século 19, a fotografia passa a ser compreendida como uma nova atividade de lazer, de divertimento, mas também como uma nova profissão. A partir desse século, consolida-se o seu valor científico e documental para a apreciação da História, a junção da forma de arte e representação. Foi o caso de Félix Nadar, fotógrafo francês do século XIX, que, segundo Takami (2006),

[...] soube reconhecê-la como fenômeno histórico, observou a necessidade do objeto ter estado fisicamente diante da sua representação [...] e surpreendeu-se com a transformação de algo mágico e misterioso em fato corriqueiro (TAKAMI, 2006, p. 540 apud DI PIETRO, 2019, p. 25)

Nesse mesmo percurso de consolidação de seu valor enquanto documento histórico, Guerra e Pinheiro (2009) situam o valor da fotografia como registro documental quando afirmam que “sua objetividade confere, de forma unânime, um papel determinante como documento desde o seu advento” (GUERRA; PINHEIRO, 2009, p. 2 apud DI PIETRO, 2019, p. 25).

Dessa forma, no decorrer de várias décadas e do avanço da tecnologia, foi possível a democratização da fotografia, e de tal maneira que se tornou instantâneo o modo de se capturar qualquer imagem por meio da câmera de um aparelho celular, sendo este igualmente popular nos dias atuais.

Indubitavelmente, a fotografia nos proporciona o conhecimento de acontecimentos passados, sejam estes alegres ou tristes; são registros que comunicam, comprovam e testemunham fatos que identificam a realidade de um passado próximo ou remoto. Marcondes (2005, p. 1) esclarece que “o uso da imagem fotográfica propicia ainda o desencadeamento de lembranças de fatos passados, já adormecidos, e lhe conferem papel fundamental na reconstrução histórica”.

Com base na afirmação da autora, é bastante comum em arquivos, museus e bibliotecas, pesquisadores utilizarem imagens fotográficas como testemunha de algo que comprove a tese que defendem. Eles são habituais frequentadores de arquivos e de instituições de memória e, por isso, essa documentação fotográfica é utilizada como elemento comprobatório e ilustrativo nas páginas das histórias escritas. Para Fagá e Costa (2014),

a fotografia torna-se um meio de preservação do passado, além de uma importante fonte ou objeto de estudo para pesquisadores e historiadores que desejam reunir informações históricas relevantes sobre algo ou alguém, a partir do estudo do seu conteúdo” (FAGÁ; COSTA, 2014, p.183 apud TORRES, 2019, p.102).

Nesse contexto, dispor de um acervo documental de fotografias e possibilitar o acesso por meio digital a esse conteúdo informacional – pleno de elementos que constituem conhecimento – é tarefa importante e necessária, visto que isso faz com que a informação e o conhecimento cheguem o mais próximo possível daqueles que os buscam. Sendo assim, nas palavras de Silva (2006, p. 195), as “imagens fotográficas proliferam-se indefinidamente por meio de suas representações digitais”.

As fotografias são, também, testemunhos silenciosos que oferecem preciosas informações e assumem dupla natureza, uma ligada ao registro (documento) e outra à criação (arte). Na concepção de Kubrusly (1991), a fotografia não é só a possibilidade de parar o tempo, retendo para sempre uma imagem que jamais se repetirá; ou um processo capaz de reproduzir com perfeição imagens de tudo que nos cerca; ou um documento histórico como prova irrefutável de uma verdade qualquer. Para o autor, a fotografia pode ser tudo isso e muito mais. Aqui, a fotografia será tratada na perspectiva de documento histórico.

Perota (1997), por sua vez, pensa a fotografia como *multimeios* e constata que a literatura específica para o estabelecimento de parâmetros para avaliação de documentos fotográficos ainda é bastante escassa. Todavia, recomenda que as instituições que possuem acervos fotográficos formulem critérios para avaliação e seleção e estabeleçam normas de preservação dessa intrínseca massa documental.

3 IMAGEM FOTOGRÁFICA: CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Os desafios que se estampam, somados à gritante precariedade da falta de recursos públicos em todas as esferas governamentais, tornam cada vez mais difícil seguir à risca o que recomenda a literatura, bem como satisfazer as demandas da moderna sociedade da informação notadamente cônica da função da biblioteca. No entanto, alguns trabalhos publicados na área de preservação de documentos especiais trouxeram significativas soluções/contribuições para minimizar os problemas da falta de recursos nas instituições que possuem acervos fotográficos, bem como para nortear os profissionais sobre os métodos de preservação desse tipo de documento através de algumas soluções – desde as mais onerosas até as mais acessíveis.

O projeto **Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos** (CPBA), por exemplo, é uma experiência de cooperação entre instituições brasileiras e a organização norte-americana *Commission on Preservation and Access*, atualmente incorporada ao *Council on Library and Information Resources (CLIR)*. Em 1997, o projeto traduziu e publicou 52 (cinquenta e dois) textos sobre o planejamento e gerenciamento de programas de conservação preventiva, onde se inserem o controle das condições ambientais; a preservação contra riscos e o salvamento de coleções em situações de emergência; a armazenagem e conservação de livros e documentos, de filmes, fotografias e meios magnéticos; e a reformatação envolvendo os recursos da reprodução eletrônica, da microfilmagem e da digitalização. O manual de número 39 elenca alguns elementos essenciais de um programa de preservação fotográfica e sugere “o uso das publicações listadas na bibliografia e a interação com especialista no campo da conservação e preservação. (Mustardo e Kennedy, p. 15-20, 2001).

Marcondes (2005) e Cassares (2000 apud Stroschoen, 2012) também constatarem como é difícil manter acervos fotográficos nas instituições públicas brasileiras, quer seja por razões financeiras; por desconhecimento da composição da fotografia; ou pelo comportamento desses locais diante dos fatores de degradação aos quais os acervos estão expostos, principalmente devido às altas temperaturas – Umidade Relativa (UR) –, que interferem diretamente na composição do material fotográfico. Ademais, Marcondes (2005, p. 9) sugere, como medida de conservação, uma temperatura de 20 graus e a UR a 40%.

Devido às especificidades dos documentos, os quais requerem, via de regra, um tratamento diferenciado, especialmente no que concerne à sua descrição – que exige informações que nem sempre estão disponíveis no próprio documento, como nome do autor (fotógrafo), data da criação etc. –, tratar o acervo fotográfico não é tarefa fácil. Ademais, para a descrição da imagem, é pertinente considerar aspectos que permitam o acesso aos documentos por todos os usuários, dentre eles os com deficiência visual. A descrição com esse fim exige a identificação e localização do sujeito na imagem e permite o emprego de adjetivos para qualificar o sujeito, verbos

para descrever a ação e advérbios para descrever as circunstâncias, bem como referenciar o tempo em que ocorre a ação².

Dessa forma, tratar os documentos fotográficos com vistas a possibilitar o acesso ao cidadão comum e à toda a comunidade universitária significa democratizar o acesso à informação e, por conseguinte, cumprir com a missão da biblioteca. Saraiva, Pereira e Lopez (2017) evidenciam a utilidade fundamental dos acervos fotográficos de acordo com as necessidades particulares de pesquisa do cidadão comum ou do pesquisador potencial.

Os arquivos fotográficos encontrados em acervos públicos, devido a suas peculiaridades, têm um duplo potencial de pesquisa. Podem ser analisados como fontes documentais produzidas a partir da intencionalidade funcional e, também, como objetos materiais e culturais capazes de gerar conhecimento (SARAIVA; PEREIRA e LOPEZ, 2017, p. 262)

Em conformidade com Kossoy (2001, p. 27), os documentos fotográficos são “expressão da verdade” e por isso merecem toda a nossa atenção, visto que retratam a história da universidade com suas sólidas construções, memoráveis inaugurações e eventos de grande e médio porte, razão pela qual, conforme escreveram Mustard e Kennedy (2001, p. 15), devemos ter “[...] consciência da complexidade e do valor histórico de nossas coleções fotográficas, e com o digno respeito que estas imagens devem evocar, nós temos, dentro de nossas capacidades, que assegurar a futura preservação”.

Contudo, Kossoy (2001, p. 29) chama a atenção no sentido de que “as instituições que guardam esse tipo de documentação devem perceber que, à medida que esta se distancia da época que foi produzida, mais difícil serão as possibilidades de suas informações visuais serem resgatadas”. O pensamento de Kossoy confirma o tamanho do desafio que será tratar a massa documental na qual esta pesquisa se baseia, uma vez que é um acervo que data da construção da cidade universitária, ou seja, da década de 1970. As fotografias da coleção Zila Mamede são, inclusive, ainda anteriores a essa data.

Nesse sentido, compreender as dificuldades da gestão documental é o primeiro passo para o cumprimento e entendimento das ações e definições que norteiam as práticas de preservação, conservação preventiva e conservação; que são, conforme a CPBA³ (1997 apud Stroschoen, 2012, p. 53-54):

- Preservação => conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem, direta e indiretamente, para proteção do patrimônio. Ex.: Leis, Campanhas, Congressos. A conservação pode ser entendida como um procedimento prático aplicado na preservação – diagnóstico, monitoramento ambiental, vistoria;
- Conservação preventiva => são intervenções diretas, feitas com a finalidade de resguardar o objeto, prevenindo possíveis malefícios. Ex.: higienização, pequenos reparos, acondicionamento;

²Capacitação ministrada pela servidora Ana Paula Resende no Setor de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede em 02 de julho de 2019.

³ Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos.

- Restauração => conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

Porém, o desconhecimento de muitos profissionais sobre a natureza ou a constituição desses documentos é um fator de impedimento quanto ao desejo de prolongar a existência dos acervos fotográficos (MARCONDES, 2005.; STROSHCHOEN, 2012).

Em linhas gerais, a fotografia, aqui compreendida como documento histórico em imagem, carrega um quantitativo relevante de informações; através de uma detalhada e rigorosa descrição, é possível contextualizar o que nela está representado, transformando a informação implícita em conhecimento.

Para disseminar esse conhecimento, as universidades e os órgãos públicos em geral vêm contribuindo eficazmente para incluir pessoas com deficiência visual e/ou auditiva nos processos de acesso e recuperação da informação com a criação de úteis e indispensáveis manuais de descrição de imagens que auxiliam sobremaneira os profissionais que trabalham com imagens fotográficas.

A título de exemplo, a Prefeitura de São Paulo lançou o Workshop Descrição de Imagens, no qual informa existirem mais de 8.700.000 (oito milhões e setecentas mil) pessoas com os tipos de deficiência acima citados. Nessa perspectiva, o workshop compartilha a importância do valor da descrição de imagens, fazendo o seguinte questionamento: Por que descrever? Ao responder, enfatiza que

Cegos ou pessoas com baixa visão utilizam computadores e smartphones via softwares de acessibilidade, chamados leitores de telas. Estes programas reconhecem o material textual na tela em que se está navegando e o transforma em áudio, por meio de vozes sintetizadas. Porém, esta ferramenta não descreve arquivos em formatos de imagem, como JPEG e PNG, por exemplo, tornando o conteúdo inacessível (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018? p. 4).

No que diz respeito à descrição de imagem, o trabalho de Torres (2019) é bastante expressivo, porque, além de contribuir sobremaneira para a compreensão da temática e sua relevância, seu extenso aparato referencial norteia o leitor que deseja se aprofundar sobre o assunto. A autora se baseia nas categorias de representação das imagens de Bléry (1981), que inclui questões técnicas da imagem, localização da imagem no tempo, localização da imagem no espaço, o que a imagem focaliza e as ações dos seres vivos, conforme mostra o quadro adaptado de SMIT (1987, p.108-109; 1996, p. 32 apud TORRES, 2019, p. 105).

Quadro 1 – Categorias para representação de imagens

Categorias	Representação do conteúdo de imagens	Especificação
QUEM	<i>Objeto enfocado</i>	Identificação do “objeto focado”: seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais, etc.
		Localização da imagem no “espaço”:

ONDE	<i>Ambiente/espço</i>	espço geográfico ou espço da imagem (exemplo: São Paulo ou interior de danceteria).
QUANDO	<i>Tempo</i>	Localização da imagem no “tempo”: tempo cronológico ou momento da imagem (exemplo: 1996, noite, verão).
COMO	<i>Técnica</i>	Técnica empregada para gerar a fotografia (exemplo: vista aérea, alto contraste etc.).
O QUÊ	<i>Ação</i>	Descrição das “atitudes” relacionadas ao “objeto focado”, quando este é um ser vivo (exemplo: cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII).

Fonte: Adaptado de SMIT, 1981, p.108-109; 1996 p.32, apud TORRES (2019, p.105).

O quadro demonstra o processo de descrição de imagens, que contribui imensamente na elaboração dos textos no momento da catalogação da fotografia, uma vez que há o entendimento de que a descrição exaustiva alcança o fim desejado: a ampliação e democratização do acesso à informação, que é direito de todos.

No contexto atual, tudo é notoriamente efêmero e não ter acesso à informação significa autorizar a alienação e a estagnação das pessoas culminando com o ostracismo social. É sobre o valor do acesso a ela que trataremos no próximo tópico.

3.1 O VALOR DO ACESSO À INFORMAÇÃO E AS ABSTRAÇÕES INTRÍNSECAS AO OBJETO FOTOGRÁFICO

Aqueles que trabalham na gestão de documentos, sejam estes históricos ou não, ou aqueles que deles se utilizam para alguma finalidade histórica ou não, e ainda, aqueles que recorrem à pesquisa bibliográfica com o intuito de elaborar alguma modalidade de trabalho acadêmico, conhecem profundamente o valor dos registros documentais, independentemente de em qual suporte estejam registrados.

Diante disso, os profissionais da informação planejam a organização dos acervos das unidades de informação sempre partindo da premissa de facilitar o acesso e, por conseguinte, o uso da informação, para todos e em qualquer tipo de registro documental e ou informacional.

Para garantia do direito ao acesso à informação, foi sancionada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Em seu corpo, dois conceitos importantes são destacados: o conceito de *informação* como “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”; e o conceito de *documento* como sendo uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Para o termo *documento*, o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 3 apud BARBALHO e AGUIAR, 2013, p. 7) utiliza da mesma conceituação.

Portanto, a Lei nº 12.527 ratifica a missão das bibliotecas e unidades de informação de proporcionar acesso a todo o conhecimento produzido, sem distinção de cor, credo, condição socioeconômica, gênero e outros. Para a garantia desse acesso

aos acervos, são definidas as formas de guarda dos distintos materiais que os constituem. Pimenta (2013, p. 155 apud MOURA E ARAÚJO, 2017, p. 15) pondera sobre isso e escreve que “é igualmente correto dizer que sem o acesso à informação, seja ela qual for para determinado fim, torna-se impraticável a produção e preservação da memória”.

Com efeito, o acesso à informação vem se tornando cada vez mais democrático. Essa afirmação é confirmada por Ribeiro (2003, p. 569 apud MOURA E ARAÚJO, 2017, p.15) quando afirmam que “desde 1887 até aos nossos dias, a preocupação em criar meios de acesso à informação [...] tem tido [...] uma expressão cada vez mais acentuada”. Observação irrefutável, haja vista os diversos meios de comunicação disponíveis para grande maioria da população mundial graças à popularização da internet e outros meios de comunicação.

É bastante comum, em bibliotecas universitárias, museus e até mesmo em arquivos, a diversidade de formatos de registros documentais. Nestes últimos, é possível a guarda não somente de documentos referentes às práticas administrativas empresariais e institucionais, mas também a guarda e a manutenção de diversos registros – as fotografias, por exemplo, que, como meio de representação da informação documental, assumem papel fundamental na construção da memória.

Nesse sentido, não se produz e tampouco se transmite conhecimento sem o acesso à informação de qualidade. Tratar a informação nos remete aos complexos cuidados dispensados aos registros documentais, que, de acordo com a lei supracitada, representa o conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação. É nesse complexo de atividades técnicas e/ou administrativas que a biblioteca está plasmada. Logo, pode-se perceber uma gama de ações dispensadas ao documento até que a informação possa chegar ao pesquisador ou usuário final.

Na perspectiva histórica, o objeto fotográfico, como mais um formato de registro, apresenta diferentes possibilidades de abstrações no que se refere ao seu conteúdo imagético e informacional.

[...] es importante estudiar con detenimiento el peso que puede tener el uso de la imagen en la gestión de la información. La relación que existe entre fotografía e información no se basa únicamente en la mera utilidade ilustrativa que una fotografía, por ejemplo, puede tener al colocarse al lado de un texto, se trata, más bien, del proceso cognitivo que una imagen puede generar en la mente de quien la observe (CHIUMINATTO, 2011, p. 63, apud VILLALOBOS, 2019, p. 4)

Rodrigues (2007), em sua pesquisa, trabalhou algumas questões relativas à análise e à tematização da imagem fotográfica. O pesquisador recorreu a bibliografia sobre o assunto, refletiu e constatou que

A fotografia traz em si uma mensagem que é produzida por alguém, transmitida por algum tipo de mídia e absorvida por um receptor que dela fará uso, mesmo que apenas no nível de uma visualização despreziosa. Todavia, qualquer que seja o uso que dela irá fazer o receptor, ao interpretá-la, será

influenciado por suas próprias *imagens mentais* e por todo o aparato cognitivo, cultural, ideológico, religioso, político etc., que adquiriu durante os anos e que são parte de sua vida. Essas influências fazem com que uma mesma foto possa sofrer diversos tipos de interpretação quando vista por diferentes receptores (RODRIGUES, 2007, p. 70)

Carli (2013) endossa o pensamento dos autores acima citados ao afirmar que “[...] o documento torna-se histórico diante dos argumentos ou da pergunta que é feita pelo historiador/pesquisador, do significado e da interpretação que lhe é atribuído [...]” (CARLI, 2013, p. 189 apud MARQUES, 2018, p. 29). Também Guran (2002) apresenta basicamente o mesmo ponto de vista quanto ao processo de abstração de informações presentes em um documento fotográfico, na medida em que, “afinal, o entendimento de uma fotografia é tão amplo quanto a capacidade que cada um de nós tem de enxergar suas infinitas nuances interpretativas” (GURAN, 2002, p. 53 apud DI PIETRO, 2019, p. 49).

Em consonância, Rodrigues (2007, p. 69) pensa que “muitas imagens não são assimiladas por determinadas culturas simplesmente porque estas não possuem conhecimentos cognitivos adequados para entendê-las”. Face ao exposto, é correto afirmar que é o acúmulo de conhecimentos adquiridos pelo pesquisador ao longo de sua vida o que permitirá realizar a leitura da imagem, interpretando-a de modo claro e sutil e, por conseguinte, assimilando as mensagens e/ou informações presentes em uma fotografia.

O Dicionário de Patrimônio Cultural (2008) decanta a fotografia porque percebe nela uma gama de conceitos que ela representa e o inegável valor documental/histórico e de memória devido a suas múltiplas possibilidades interpretativas. “Destaca-se que a fotografia é considerada como “Instrumento de preservação”, “Linguagem”, “Valor de documento”, “Informação”, “Informatização”, “Suporte de memória”, “Imagem” e “Representação” (IPHAN, 2008, p. 29 apud TORRES, 2019, p. 102).

Em linhas gerais, o conteúdo informacional que cada fotografia revela determinará a sua função na visão interpretativa do pesquisador, possibilitando, assim, as leituras que ele fará da imagem fotográfica para mencionar em determinado texto e possibilitando que, por meio deste, prove um fato ou vários fatos passados. Isso proporcionará, ainda, ao utilizar da imagem no texto, a longevidade do objeto, pessoa, ou paisagem ali ilustrada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos fotográficos da BCZM constituem, por fim, uma fonte inesgotável de informação de significativo valor para a história e a memória institucional, porque a partir dele se conhece os fatos que marcaram a história da instituição no seu todo, e também o crescimento da complexa estrutura da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), a maior unidade informacional do Estado do Rio Grande do Norte – quer seja no seu porte ou ainda no tamanho e na qualidade dos seus acervos.

Em se tratando dos acervos – notadamente os acervos sob a guarda do Setor de Coleções Especiais, assim como as fotografias objetos desse artigo –, estes são, em sua maioria, documentos de memória, seja ela institucional, técnica, científica, cultural

ou literária local, regional e nacional; e recebem tratamento especial no que tange à sua guarda e uso.

Todavia, ao contrário das demais coleções, o acervo fotográfico ainda não está adequadamente tratado e, desse modo, o seu acesso e uso pela comunidade acadêmica são restritos, o que provoca uma inquietação em todos os servidores que compõem o quadro funcional do setor – bibliotecários, assistentes administrativos, bolsistas de apoio técnico – especialmente, os alunos de biblioteconomia.

Vivemos o ano de 2020 e todas as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, a qual provocou grandes mudanças ao mundo – com fins de preservação da vida humana –, dentre elas o isolamento social, que repercutiu em novas formas de trabalho. Como consequência, as bibliotecas das universidades e diversas outras instituições tiveram suas portas fechadas e os trabalhadores passaram a exercer, de um dia para o outro, suas atividades na modalidade de teletrabalho. Com isso, alguns projetos em andamento tiveram que ser temporariamente suspensos, e assim foi com o projeto de catalogação e digitalização do acervo fotográfico.

Apesar disso, era necessário prosseguir, de alguma forma, com o projeto. Assim, mesmo que a atividade de processamento técnico não seja um processo de responsabilidade do Setor de Coleções Especiais, havia a compreensão de que, no papel de “guardião” do acervo, o setor precisava provocar os demais setores da biblioteca quanto à necessidade do tratamento do material documental armazenado, bem como contribuir para o início das atividades, dessa forma realizou a escrita do projeto para catalogação e digitalização do acervo fotográfico, concretizou a visita técnica à Fundação Casa José Américo para conhecer suas técnicas de guarda, bem ainda suas ações de conservação, e realizou o estudo da bibliografia para efetivamente contribuir na execução do melhor tratamento para o acervo. E, por fim, com a escrita do artigo, registrar e compartilhar o conhecimento adquirido no percurso.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Lúcia de. **Acondicionamento e guarda de acervos fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARBALHO, Renata R.Gouvêa; AGUIAR, Leandro Coelho de. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Conhecimento histórico e diálogo social. 27., 2013, Natal, RN **Anais [...]**. Natal RN, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364781066_ARQUIVO_apresetacao_anpuh_2013.pdf. Acesso em: 26 dez. 2020.

BATISTA JÚNIOR, Natalício. **Fotografia e memória: contra a ação do tempo, a foto fortalece a tradição das técnicas de memorização**. Disponível em: <http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/1/revista-ba-foto-memoria.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o acesso a informação. Brasília, 18 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 28 dez. 2020.

CHAVES, Filipe Freitas. **As fotografias de Antônio Francisco de Faria: a memória subterrânea de São Roque de Minas**. 2017. Dissertação. (Mestrado em Artes) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ARTJ7Y>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DI PIETRO, Laila Figueiredo. **A importância do contexto para a manutenção do caráter probatório do documento fotográfico relacionado à violação dos direitos humanos na ditadura militar na América Latina**. 2019. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35230>. Acesso em: 04 jan. 2021.

JOSEPH Nicéphore Niépce. Wikipedia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Nic%C3%A9phore_Ni%C3%A9pce. Acesso em: 25 set. 2020.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUBRUSLY, Cláudio Araújo. **O que é fotografia?** 4.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. Coleção Primeiros Passos.

MARCONDES, M. Conservação e Preservação de Coleções Fotográficas. **Boletim do Arquivo** (São Paulo). Imprensa Oficial SP, v. 1, p. 1-7, 2005. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao01/materia02/conservacao_de_colecoes.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

MARQUES, Luciana Bergamo. **Documentos históricos de bibliotecas universitárias do Rio Grande do Sul: no encaicho da realidade de preservação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191061>. Acesso em: 22 jan.2021.

MOURA, Rafaela Karoline Gaudêncio de; ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. Preservação da memória através da fotografia e sua disseminação para a comunidade universitária no âmbito da AGECOM/UFRN. **Rev. Inf. na Sociedade Contemporânea**, Natal, v.1, n.3, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/11123/8501>. Acesso em: 28 dez. 2020.

MUSTARDO, Peter, Kennedy, Nora. **Preservação de fotografias: métodos básicos para salvar suas coleções**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. 2.ed. 2001.

PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha. (Org.). **Multimeios**: seleção, aquisição, processamento, armazenagem, empréstimo. 4.ed. Vitória, ES: Ed. Edufes, 1997.

PREFEITURA de São Paulo. Pessoas com Deficiência. Workshop descrição de imagens. TOBIAS, Sidney. **Por que descrever?** 2018? Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Workshop%20Descri%C3%A7%C3%A3o%20de%20Imagem.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ROCHA, Rosa Maria Nogueira. **A memória revelada**: preservação do acervo fotográfico dos Quilombolas da Paraíba. 2012. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, UEPB. João Pessoa, PB. 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6355/1/PDF%20-%20Rosa%20Maria%20Nogueira%20Rocha.pdf>. Acesso em: 07 jan.2021.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652007000300008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 jan. 2021.

SARAIVA, N. L., Pereira, T. M. M., Lopez, A. P. A. Imagens e sensações: o acesso à informação em acervos fotográficos. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v.40, n.3, set./dez., 2017, p. 261-271. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0120-09762017000300261&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 13 out. 2020.

SILVA, Rubens. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a18.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

STROSCHOEN, Cristina. **Quando o patrimônio é uma imagem que quebra**: políticas de acesso e preservação de coleções fotográficas de negativos de vidro. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10988/STROHSCHOEN%2C%20CRISTINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 set. 2020.

TORRES, Adriana Aparecida Lemos. **Metodologia para a representação de registro fotográfico de esculturas de arte sacra**. 2019. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31650>. Acesso em: 14 jan. 2021.

VILLALOBOS, Jairo Guadamuz. Fotografia en bibliotecas: Más allá de los procesos técnicos y la promoción de los servicios. **E-Ciencias de la Información**. v. 9, n.2, p. 4-17, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/118928>. Acesso em: 07 jan. 2021.